

Public. em 05/05/97  
12/05/97  
*Dania F. Hoeger*  
ASSINATURA

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS  
ESTADO DE RONDÔNIA**

**LEI N° 007/97**  
**De 05 de Maio de 1997**

**'CRIA O CONSELHO MUNICIPAL  
DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO  
MUNICÍPIO DE BURITIS - RO, E  
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS'.**

**ADAIR FERREIRA DE SOUZA, Prefeito do Município de  
Buritis, Estado de Rondônia, usando atribuições que me são conferidas  
por Lei, faço saber que a Câmara Municipal APROVOU e EU  
SANCIONO a seguinte LEI:**

**CAPÍTULO I**

**DO CONSELHO MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**

**SEÇÃO I  
DOS OBJETIVOS**

**Art. 1° - Fica criado o Conselho Municipal de Alimentação  
Escolar - COMAE como órgão colegiado deliberado em âmbito Municipal.**

**Art. 2° - Compete ao Conselho Municipal de Alimentação  
Escolar:**

**I - Respeitar as competências exclusivas do Executivo  
Municipal;**

*Adair Ferreira de Souza*  
PREFEITO MUNICIPAL

**II - Fiscalizar e controlar a aplicação dos recursos destinados à merenda escolar;**

**III - Elaborar seu regimento interno;**

**IV - Participar da elaboração dos cardápios do PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar, respeitando os hábitos alimentares da localidade, sua vocação agrícola e a preferência pelos produtos "IN NATURA";**

**V - Colaborar com a equipe do setor governamental responsável pela merenda escolar, nas ações de programação, execução e avaliação pertinentes à implementação do programa;**

**VI - Realizar estudos e pesquisas de impacto da merenda escolar entre outros de interesse do programa;**

**VII - Acompanhar e avaliar o serviço da merenda nas escolas;**

**VIII - Colaborar nas apurações de denúncias sobre irregularidade na merenda, mediante o encaminhamento à instância competente, para apuração, dos eventuais casos de que venha tomar conhecimento;**

**IX - Divulgar a sua atuação como organismo de controle social e de apoio a gestão descentralizada da merenda escolar.**

## **CAPÍTULO II DA ESTRUTURA E DO FUNCIONAMENTO**

**Art. 3º - O Conselho Municipal de Alimentação Escolar terá a seguinte composição:**

### **I - Do Governo Municipal**

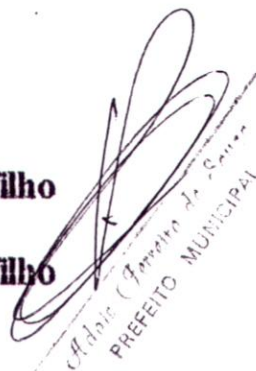
**a) Um representante da Secretaria Municipal de Educação ou órgão equivalente;**

**b) Um representante da Secretaria Municipal de Ação Social e Trabalho.**

### **II - Dos Usuários**

**a) Um representante da Igreja Católica, que tenha filho matriculado na rede municipal de ensino;**

**b) Um representante das Igrejas Evangélicas, que tenha filho matriculado na rede municipal de ensino.**

  
Adilson C. Mendes da Silva  
PREFEITO MUNICIPAL



**Parag. 1º - Cada titular do Conselho Municipal de Alimentação Escolar terá um suplente, oriundo da mesma categoria representativa.**

**Parag. 2º - Somente será admitida a participação no Conselho Municipal de Alimentação Escolar de entidade juridicamente constituídas e em regular funcionamento.**

**Art. 4º - Os membros efetivos e suplentes do Conselho Municipal de Alimentação Escolar serão nomeados pelo Prefeito Municipal, mediante indicação das respectivas entidades.**

**Parágrafo Único - Os representantes do Governo Municipal serão de livre escolha do Prefeito.**

**Art. 5º - As atividades dos membros do Conselho Municipal de Alimentação Escolar reger-se-ão pelas disposições seguintes:**

**I - O exercício da função de Conselheiro é considerado serviço público relevante, e não será remunerado;**

**II - Os conselheiros serão excluídos do Conselho Municipal de Alimentação Escolar e substituídos pelos respectivos suplentes em caso de faltas injustificadas a 02 (duas) reuniões consecutivas ou 03 (três) reuniões alternadas.**

**III - Os membros do Conselho Municipal de Alimentação Escolar poderão ser substituídos mediante solicitação da entidade ou autoridade responsável, apresentada ao Prefeito Municipal;**

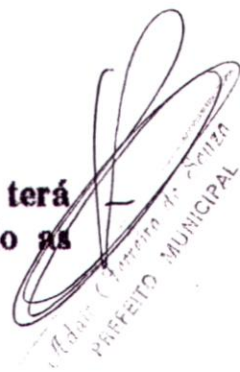
**IV - Cada membro do Conselho Municipal de Alimentação Escolar terá direito a 01 (um) único voto na seção plenária, vedado o voto por procuração;**

**V - As decisões do Conselho Municipal de Alimentação Escolar serão consubstanciadas em resoluções.**

## **SEÇÃO II DO FUNCIONAMENTO**

**Art. 6º - O Conselho Municipal de Alimentação Escolar terá seu funcionamento regido por regime interno próprio e obedecendo as seguintes normas:**

**I - Plenário como órgão de deliberação máximo;**

  
Cidade de Curitiba - PR  
PREFEITO MUNICIPAL

Public. em 05/05/97  
12/05/97  
*Vania B. Souza*  
ASSINATURA

X II - As seções plenárias serão realizadas ordinariamente a cada mês e extraordinariamente quando convocadas pelo Presidente, ou por requerimento da maioria de seus membros.

Art. 7º - A Secretaria Municipal de Educação ou órgão equivalente, prestará o apoio administrativo necessário ao funcionamento do Conselho Municipal de Alimentação Escolar.

Art. 8º - Todas as Sessões do Conselho Municipal de Alimentação Escolar serão Públicas e precedidas de divulgação.

Parágrafo Único - As resoluções bem como os temas tratados em plenário de diretoria e comissões serão objeto de ampla divulgação.

Art. 9º - O Conselho Municipal de Alimentação Escolar elaborará seu regimento interno, no prazo de 90 (noventa) dias, após a promulgação desta Lei, dentro do prescrito na Lei 8913/94.

Art. 10 - O Conselho Municipal de Alimentação Escolar será competente para dar cumprimento as atribuições, objeto da presente Lei.

X Art. 11 - Fica o Prefeito Municipal autorizado a abrir crédito especial no valor necessário para promover as despesas com a instalação do Conselho Municipal de Alimentação Escolar.

Art. 12 - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BURITIS, aos  
05 dias do mês de Maio do ano de 1997.

  
ADAIR FERREIRA DE SOUZA  
PREFEITO MUNICIPAL